

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	9
Prefácio de Alexandra Cerveira Pinto Lima	II
Nota de Apresentação por João Vassalo Cabral	15

CAPÍTULO I

– INTRODUÇÃO

Enquadramento geral	21
Tema e objectivos de investigação	23
Metodologia de investigação	23
Organização do trabalho	26

CAPÍTULO II

– QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA:

O PATRIMÓNIO CULTURAL, O DESENVOLVIMENTO LOCAL, A PAISAGEM E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2.1. Introdução	31
2.2. O património cultural	31
2.2.1. A evolução do conceito de património	32
2.2.2. A UNESCO e as cartas, convenções, resoluções e recomendações para a protecção do património	36
2.2.3. Convenção para a protecção do património cultural e natural mundial	39
2.2.4. A lista do património mundial – LPM	41
2.2.5. Os bens portugueses inscritos na lista do património mundial	43
2.2.6. Comentários e críticas à Convenção e à LPM	45
2.3. O desenvolvimento	46
2.3.1. Evolução genérica do conceito	47
2.3.2. O desenvolvimento endógeno	49
2.3.3. O desenvolvimento sustentável	53
2.4. A paisagem	55
2.5. O ordenamento do território	59
2.6. Preservação e valorização do património como factor de desenvolvimento	64
2.7. Síntese	67

CAPÍTULO III

– SISTEMAS JURÍDICOS:

PLANEAMENTO TERRITORIAL, PATRIMÓNIO NATURAL E PATRIMÓNIO CULTURAL (DES)ARTICULAÇÕES, (IN)COMPLEMENTARIDADES, (IN)EXPERIÊNCIAS

3.1. Introdução	73
3.2. Bases da política do ordenamento do território e urbanismo	74
3.3. O património natural e as áreas protegidas	81
3.3.1. Enquadramento legal das Áreas Protegidas	82
3.3.2. Quatro experiências de APs em Portugal – diplomas de criação e regulamento do plano de ordenamento	85
3.3.3. Quatro experiências de APs – Informação de índole qualitativo	93
3.4. Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural	97
3.4.1. O regime jurídico	98
3.4.2. A figura legal de parque arqueológico e os planos de ordenamento de parques arqueológicos	102
3.5. A desarticulação do RJPVPC com a LBOTU, imperativos e condicionantes	107
3.5.1. Formas e regimes de protecção – art.º 75.º	108
3.5.2. Ordenamento do território e obras – art.º 79.º	110
3.6. Experiências internacionais com o património cultural	112
3.6.1. Parques arqueológicos e/ou culturais no mundo	113
3.6.2. Inglaterra, Stonehenge – Stonehenge world heritage site management plan	115
3.6.3. França, Dordogne – A dupla protecção e o Project Collectif de Développement	119
3.6.4. Espanha, Aragão – Parques culturais	123
3.7. Síntese	128

CAPÍTULO IV

– O VALE DO CÔA E O PAVC

4.1. Introdução	139
4.2. Caracterização da “área” do PAVC	141
4.3. As condições para a génese do PAVC	146
4.4. Os modelos de desenvolvimento em oposição	150
4.5. A aplicação do modelo de desenvolvimento, constatações	152
4.6. A visão dos agentes locais: a população, os autarcas, os agentes económicos privados	154
4.7. O PAVC e o ordenamento do território	162
4.8. Síntese	169

CAPÍTULO V

– CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Conclusões	179
5.2. Recomendações	185

ANEXOS

a. Historial da Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO.	191
b. Sumário de acontecimentos relacionados com património cultural.	192
c. Objectivos que levaram à criação das APs em estudo.	197
d. Contravenções, Autorizações, Interdições, Contra-ordenações nos diplomas de criação das APs em estudo.	198
e. Ordenamento do território nos diplomas de criação das APs em estudo.	204
f. Evolução do conceito de gestão nas APs.	205
g. A pasta da cultura nos organigramas de Governo.	206
h. DL n.º 19/93 <i>versus</i> DL n.º 131/2002.	207
i. Abordagem genérica aos sistemas de planeamento territorial em outros países.	209
j. Caracterização sócio-geográfica da área do PAVC.	211
k. Termos de referência para a elaboração de estudos urbanísticos.	215

BIBLIOGRAFIA

219

LISTA DE ABREVIATURAS

231

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

232